PESCA X CARCINICULTURA NA BTS

Prof. Dr. Everaldo Queiroz Lab. de Nectologia

Pessoas da baía,

Recentemente aconteceu em Salvador um seminário para cessão das águas públicas, visando projetos de aqüicultura. O evento foi patrocinado pela BAHIA PESCA S/A.

A proposta inicial foi rejeitada pela esmagadora maioria dos pescadores presentes.

É um projeto concebido em Brasília, que visa o loteamento das águas públicas, incluindo-se os estuários, águas costeiras e oceânicas.

O projeto inclui, de forma prioritária a BTS. As comunidades disseram NÃO! Mas, por insistência institucional, o diálogo continua.

A questão básica está na BTS, com o seu recente histórico do evento maré vermelha. Mas, não podemos deixar de resgatar seu passado, associado às práticas pesqueiras.

Genericamente, podemos definir a BTS com um espaço natural para o exercício das pescarias extrativas e de forma manual (Definição no dicionário ou legal - Lei 9.605).

O que sobrevive hoje, reflete uma história evolutiva da área.

- 1 Até o século XVI práticas extrativistas indígenas.
- 2 Depois de 1501 inclui-se as práticas européias
- **3 A chegada dos negros para lavoura açucareira, introduz as práticas de origem africanas.** Uma delas, o consórcio entre pescadores e botos., que, ainda, sobrevive no litoral catarinense, em épocas atuais.

O curso da história de ocupação promoveu a territorialidade de nossas águas. Um certo loteamento natural, promovido por necessidades e conhecimentos, além da condição econômica, por exemplo para aquisição de embarcações.

Outros trabalhadores da pesca construíam suas próprias embarcações, a partir de recursos naturais disponíveis com era o caso da canoas, escavadas em troncos de árvores. Ao longo do litoral as jangadas.

As práticas de cultivos foram tentadas pela UFBA, no início dos anos 70, século passado. Não vingou. Início do século XXI, nova insistência. Gerou sérios conflitos, principalmente no baixo-sul.

Nos anos 80, final dos anos 70, implantou-se carcinicultivo em Salinas. Não foi adiante.

Naqueles anos, o extrativismo de porte industrial, também em Salinas, teve um vôo galináceo, e sucumbiu, promovendo uma lacuna ecológica - não descrita, nas populações dos portunídeos (siris), em nossa BTS.

Mas, a pesca artesanal, mesmo diante de todos esses embates sobreviveu. Sobreviveu, inclusive ao impacto gerado pela Barragem de Pedra do Cavalo, que contribuiu para o desaparecimento da pesca do camarão e pititinga (Engraulididae), na região de Nagé e Coqueiros, em Maragojipe.

Fala-se da doença do caranguejo letárgico.

Pois bem, a territorialidade da pesca é uma condição natural, promovida pelo sentido de pertencimento e uso das águas e substratos adjacentes. Não é só a coluna d'água. Os trabalhadores do mar explotam os animais que vivem associados, de alguma forma, ao substrato de suas "marcas", que eles chamam de **pesqueiro**. Inclusive, existem os pesqueiros de águas rasas, chamados, em alguns lugares de "tapasteiros", além das áreas de mariscagens.

O que a SEAP ou Min. da Pesca pretende, com a BAHIA PESCA S/A, não pode ser aplicado a BTS - DE FORMA ALGUMA. É uma agressão a história local e ao sentido da territorialidade da pesca.

O assunto não me pertence, mas vejam abaixo um texto relativo a territorialidade negra e façamos uma extrapolação para os territórios de pesca.

Brasília, está errando, inclusive por uma invasão indevida de atores alheios a nossa cultura e tradição.

Não é xenofobismo, mas um processo indevido ao nosso povo.

Ter calma e construir ponte mais sólidas. O Governo não pode ser um eterno gerador de conflitos e agir de forma a, sempre, sempre, destruir o ambiente.

Temos bijupirá, porém não temos a cultura do cultivo de peixes. Temos ostras, mas não temos a cultura do cultivo desses moluscos.

Saudações ecológicas.

Prof. Dr. Everaldo Lima de Queiroz Resp. pelo Lab. de Nectologia Depto de Zoologia / UFBA